



O ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM INTERFACE COM AS REDES DE ENFRENTAMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Livia Viana Gomes Meireles (UFPI)

Thamara Samyram's dos Santos Carvalho (UFPI)

RESUMO

O abuso sexual infanto-juvenil é uma temática difícil de ser estudada, tanto pela dificuldade de acesso às vítimas de violência, quanto pela questão moral que envolve o tema, visto que crianças deveriam sempre ser protegidas e nunca agredidas. O abuso sexual infanto-juvenil é considerado por diversos autores como grave problema de saúde pública, tanto por suas consequências em termos psicossociais, quanto pela frequência com que ocorrem. O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão sistemática dos artigos publicados sobre o abuso sexual infanto-juvenil no contexto brasileiro, identificando as abordagens de enfrentamento. Para a coleta de dados foi levado em consideração artigos publicados na base de dados SCIELO, LILACS e PERIÓDICOS CAPES, no período de 2011 -2017. Quanto às políticas de enfrentamento mesmo com a consolidação do ECA e os dispositivos sociais, os direitos garantidos as crianças e adolescentes ainda não foram efetivos. Ao analisar como os artigos levantam as formas de atuação dos profissionais frente às vítimas, verificou-se que todos são uníssomos no que diz respeito a necessidade de atuação interdisciplinar dos dispositivos e profissionais que atuam no enfrentamento. Apesar de tal constatação, os artigos denotaram que atuação nesse sentido é precária.

Palavras-Chave: Abuso sexual; infanto-juvenil; políticas públicas.

ABSTRACT

Child sexual abuse is a difficult subject to study, because that is difficulty to accessing the victims of violence and because of the moral issue involved, well them children should always be protected and never harmed. Child sexual abuse is considered, by several authors, as a serious public health problem, both for its consequences in psychosocial terms and for the frequency with which they occur. The objective of this study was to conduct a systematic review of the published articles that the subject werw child sexual abuse in the brazilian context, identifying the coping approaches. For data collection, articles published in the Scielo, Lilacs and Periódicos Capes databases were taken into account in the period 2011-2017. Regarding the coping policies, even with the consolidation of the ECA and social arrangements, the rights guaranteed to children and adolescents have not yet been effective. When analyzing how the articles raise the professionals' ways of acting towards the victims, it was verified that all regard to the need for interdisciplinary action of the devices and professionals that act in the confrontation. In spite of this finding, the articles denoted that performance in this sense is precarious.

Keywords: Sexual abuse, child-juvenile, public policies.

1. Introdução

O abuso sexual infanto-juvenil é uma temática difícil de ser estudada, tanto pela dificuldade de acesso às vítimas de violência, quanto pela questão moral que envolve o tema,



visto que crianças deveriam sempre ser protegidas e nunca agredidas. O significado de um abuso sexual para uma criança e sua família encontra-se permeado por um imaginário social e por leis jurídicas que condenam esta prática e se horrorizam com ela (Junqueira, 1998).

A história da humanidade acaba sendo invadida por diversos tipos de violência contra a criança e adolescente e, infelizmente, a violência sexual é uma delas. A história da violência sexual é um emaranhado complexo entre o corpo, o olhar e a moral deixando a vítima da violência muito vulnerável o que pode afetar de forma significativa sua trajetória de desenvolvimento. A vergonha, por exemplo, inevitavelmente sentida pela vítima, liga-se à intimidade imposta, à imagem que se oferece dela, à sua publicidade possível (Vigarello, 1998).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um ato de violência, considerado por diversos autores como um problema de saúde pública, tanto por suas consequências em termos psicossociais, quanto pela frequência com que ocorrem, constituindo-se também como um problema social e psicológico. Esse impasse é agravado, porque o elevado índice de violência nas ruas aprisiona as pessoas em suas casas e são justamente nestes locais, que ocorrem de maneira silenciosa, eventos traumáticos envolvendo crianças e adolescentes (Habzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

Numa definição ampla, o abuso sexual pode ser entendido como: qualquer ato que ofenda as pessoas, extrapolando os limites do desenvolvimento ou exercício autônomo e sadio de sua sexualidade, com fito único de satisfazer o desejo sexual do agressor. Ele pode ocorrer dentro ou fora da família. Igualmente, pode se manifestar por meio da utilização de crianças ou adolescentes, para a satisfação sexual de um adulto ou adolescente, com ou sem o uso da violência física (Condeca, 2011). Esta forma de violência também pode ser definida como qualquer interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosexual mais



avanzado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador (Habigzang & Caminha, 2004).

Segundo dados do sistema de vigilância de violências e acidentes (VIVA) do Portal Brasil (2012) o abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças e adolescentes. Os dados do VIVA mostram que a violência sexual ocupa o segundo lugar na faixa etária de 10 a 14 anos (10,5%), enquanto a violência física ocupa o primeiro lugar (13,3%). Na faixa de 15 a 19 anos, esse tipo de agressão ocupa o terceiro lugar, com 5,2 % atrás da violência física (28,3%) e da psicológica (7,6%).

É através de políticas públicas eficientes e de uma rede de atendimento composta por uma equipe especializada é que se pode atingir uma proteção integral no combate a este tipo de violência. Em razão de todos esses efeitos nefastos e ante a necessidade de reprimir e prevenir o abuso sexual contra menores, as políticas públicas de enfrentamento adquirem relevo e, portanto, são merecedores de estudo e incentivo.

As políticas e as práticas de proteção social da criança e do adolescente em nosso país são decorrentes de construções demarcadas por condições históricas, sociais e econômicas, bem como estão inseridas em contextos singulares, culturais e estruturalmente complexos (Bourdieu, 1996). Em meio a isso, o abuso sexual infanto-juvenil, um tema de múltiplas facetas, com reflexos na área da saúde, educação, serviço social, sistema de justiça, assim como na área de políticas públicas, torna-se assunto sobre qual o Estado desenvolve uma série de medidas voltadas a sua prevenção e repressão (Azambuja, 2004).

Em decorrência da relevância que o tema adquiriu principalmente, no que diz respeito à incolumidade sexual dos menores, foi criada, em nosso ordenamento, uma lei específica (Lei nº8069 de 1990), destinada a proteger crianças e adolescentes. Esse diploma jurídico recebeu o nome de Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Além disso, é oportuno informar que através das conquistas de proteção às crianças e aos adolescentes, foi inserindo ao longo dos



tempos no Brasil programas de atendimento articulado com a prestação de serviços especializados, no sentido de garantir a efetivação dos direitos fundamentais de infantes, além de criar uma política de assistência social, a fim de torná-la um direito fundamental à criança, ao adolescente e sua família, garantindo-lhes a emancipação (Custódio, 2009). Pode-se destacar, também, como serviço de atendimento e prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes instituído pelo ECA: o Conselho Tutelar, o CRAS e CREAS, Disque 100, Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (Paixão & Deslandes, 2010).

Diante das referências teóricas sobre o abuso sexual infanto-juvenil, considera-se importante averiguar, por meio de uma revisão de literatura, como os artigos relacionam esse ato e as redes de proteção à criança e ao adolescente. Nessa perspectiva este artigo tem por objetivo realizar uma revisão sistemática dos artigos publicados sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro, identificando as abordagens de enfrentamento. Para a revisão sistemática foi estabelecido à seguinte pergunta: Como funciona a rede de enfrentamento às vítimas infanto-juvenil de abuso sexual?

2. Método

Para a coleta de dados foi levado em consideração os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PERIÓDICOS CAPES, em um período de cinco anos (2011 -2017). Para o levantamento dos artigos foram utilizados como palavras-chave: abuso sexual, crianças e adolescentes e políticas públicas, de acordo com o banco de terminologia da BVS-saúde, que norteará a pesquisa nas bases de dados. Como critérios de exclusão ficou definido que as publicações classificadas como comentários,



resenhas, dissertações e teses seriam excluídas, bem como aquelas que não estivessem no período entre 2011 e 2017 e que não possuísem as palavras-chave definidas.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de todos os trabalhos indexados nas bases de dados escolhidas. Posteriormente, foram excluídas as publicações classificadas com comentários, resenhas, dissertações e teses, mantendo somente os resumos de artigos publicados em revistas científicas. Para a seleção das publicações foram lidos os títulos e resumos, para confirmar se eles contemplam a pergunta norteadora desta investigação e se atendem aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os estudos publicados em duplicata, ou encontrados em mais de uma base de dados, foram considerados apenas uma vez.

Os dados foram analisados com objetivo de responder a pergunta de partida e atingir os objetivos propostos. A partir de como sugere Koller et al. (2014) os seguintes passos foram adotados para se efetivar a análise dos resultados: 1) delimitação da questão da pesquisa; 2) escolha das fontes de dados; 3) eleição das palavras-chave para busca; 4) busca e armazenamento dos resultados; 5) seleção de artigos, de acordo com os critérios de inclusão/exclusão; 6) extração dos dados dos artigos selecionados; 7) avaliação dos artigos; 8) síntese e interpretação dos dados.

3. Resultados

Foi encontrado um total de 494 artigos submetidos e selecionados ao crivo de critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Verificou-se que apenas 21 artigos correspondiam aos critérios estabelecidos no método, destes dois foram localizados na base de dados Lilacs, quatro nos Periódicos Capes e quatorze na Scielo .



TÍTULO	AUTORES	LOCAL DE ESTUDO	MÉTODO	ANO DE PUBLICAÇÃO	ÁREA DE ESTUDO
1) Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de notificações dos conselhos tutelares e departamento de polícia Técnica	Judith Sena da Silva Santana/ Rebeca Pinheiro de Santana	Conselho Tutelar/ Bahia	Quantitativa/ Método Epidemiológico	2011	Enfermagem
2) Sistemas de Justiça e a vitimização secundária de crianças e adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar	Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque/ Maria das Graças Carvalho Ferriani/ Romeu Gomes/ Lygia Maria Pereira da Silva/Diene Monique Carlos	Vara da infância e da Juventude/ São Paulo	Qualitativa/ Entrevista semiestruturada	2014	Enfermagem
3) Abuso Sexual InfantoJuvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento	Ana Cristina Wanderley da Paixão / Suely Ferreira Deslandes	Secretaria Municipal de saúde e defesa civil/ Rio de Janeiro	Qualitativa/ Entrevista Semiestruturada	2011	Medicina
4) Políticas públicas de prevenção á violência sexual: Direitos da criança á infância em construção	Eliane Aparecida Faria de Paiva/ Adriana Missae Momma-Bardela	Estudo Teórico/São Paulo	Qualitativa/ Análise documental	2014	Psicologia
5) Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexos para o psicólogo que trabalha no CREAS	Bruno Ricardo Bérghamo Florentino	Estudo Teórico/ Minas Gerais	Qualitativa/ Revisão bibliográfica	2014	Psicologia
6) Análise do abuso sexual a crianças e adolescentes e a proteção familiar no Município do conde/ba nos anos de 2004 a 2012	Célia Silvânia Nascimento Matos/Georgele de Almeida Ferreira/ Jocleilma Vieira Cardoso et al.	Estudo Teórico/Bahia	Qualitativa/ Análise documental	2013	Ciências Sociais
7) Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola	Genylton Odilon Rêgo da Rocha / Flávia Cristina Lemos/ Flávio Corsini Lirio	Estudo Teórico/Rio Grande do Sul	Qualitativa/ Revisão bibliográfica	2011	Pedagogia
8) O atendimento e a rede de proteção da criança e do Adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos Profissionais do creas	Suane Pastorijsa Faraj/ Aline Cardoso Siqueira	Dispositivo social/Rio Grande do Sul	Qualitativa/ Entrevista semiestruturada	2012	Psicologia
9) A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio	Luísa Fernanda Habigzang/ Michele da Silva Ramos/ Sílvia Helena Koller	Conselho Tutelar/ Rio Grande do Sul	Qualitativa/ Entrevista semiestruturada	2011	Psicologia
10) O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: desafios à intersetorialidade	Patrícia Krieger Grossi/Monique Soares Vieira/ Geovana Prante Gasparotto et al.	Dispositivo Social/Rio Grande do Sul	Qualitativa/ Entrevista semiestruturada	2012	Serviço Social
11) Centro de referência especializado de assistência social: apanhados teóricos sobre uma rede especial de	Maria Luiza Pacheco / Bibiana Godoi Malgarim	Estudo Teórico/ Pará	Qualitativa/ Revisão de Literatura	2011	Psicologia



apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil

12) As medidas protetivas na perspectiva de famílias em situação de violência sexual	Viviane Amaral dos Santos/ Liana Fortunato Costa/ Aline Xavier da Silva	Vara da Infância e juventude/ Brasília	Qualitativa/ Entrevista semiestruturada	2011	Psicologia
13) Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC	Glauco Anderson Espindol/ Vanderléia Batist	Dispositivo Social/Santa Catarina	Qualitativa/ Análise documental	2013	Psicologia
14) A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva	Viviane Amaral dos Santos/ Liana Fortunato Costa	Vara da Infância e da Juventude/ Brasília	Qualitativa/ Análise documental	2011	Psicologia
15) Violência sexual contra adolescentes: notificações nos conselhos tutelares, campo grande, mato grosso do sul, Brasil	Lucyana Conceição Lemes Justino/ Sandra Regina Paulino Ferreira/ Cristina Brandt Nunes et al	Conselho Tutelar/ Mato Grosso do Sul	Quantitativa/ Método epidemiológico	2011	Enfermagem
16) A escola e o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no estado do Pará.	Genylton Odilon Rêgo da Rocha	Escola/ Pará	Quantitativa/ Método epidemiológico	2011	Pedagogia
17) Depoimento especial: para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	Cátula Pelisoli/ Veleda Dobke/ Débora Dalbosco Dell'Aglio	Estudo Teórico/Rio Grande do Sul	Qualitativa/ Revisão de literatura	2014	Psicologia
18) Abuso Sexual Intrafamiliar: Concepções de profissionais que crianças que foram vítimas de abuso	Renata Schrolder Laner/ Denise Falcker	Vara da infância e da Juventude/ Rio Grande do Sul	Qualitativa/ Entrevista semiestruturada	2013	Psicologia
19) Violência sexual e ocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década	Jacqueline Reiter de Oliveira/ Maria Conceição Oliveira Costa/ Magali Teresópolis Reis Amaral et al	Conselho Tutelar/ Bahia	Quantitativa/ Método epidemiológico	2014	Enfermagem
20) O abuso sexual intrafamiliar: propostas para uma proteção jurídico-administrativa mais efetiva de Crianças e adolescentes	Olga Jubert Gouveia Krell/ Carina Canuto Soares Amado	Estudo Teórico/Aragoas	Qualitativa/ Revisão de literatura	2015	Direito
21) Violência Sexual contra crianças e adolescentes: A Psicologia e o Estado Penal	Yamada/Joana Garcia/Anna Paula Uziel	Estudo Teórico	Revisão de literatura	2015	Psicologia
					Lia Toyoko

No que diz respeito às políticas e práticas sociais voltadas ao enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil, da análise dos artigos foi possível extrair o seguinte que para 55% dos artigos estudados, nos quais houve citação expressa sobre estes diplomas jurídicos, a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei 8069/90 (ECA) são essenciais na proteção aos direitos das crianças e adolescentes e, por consequência, no combate a forma de violência aqui tratada.



Dando continuidade a análise, cinco artigos (25%) citaram o Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, indicando que seu conteúdo e força normativa constituem marco importante no combate ao abuso sexual Infanto-Juvenil. Deveras, basta a leitura do objetivo deste Plano, qual seja, "estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente" (Brasil, 2002, p. 14), para chegar a mesma conclusão dos autores desses artigos.

Na análise dos artigos, também foi possível identificar, como prática importante no enfrentamento, a necessidade de incentivar o ato de denunciar, por meio de campanha/propagandas que incutam na cabeça da população a importância da comunicação da prática do abuso, principalmente através do Disque 100.

Quando considerado os dispositivos sociais, e sua respectiva relevância no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, 70% dos artigos, ora examinados, citaram o Conselho Tutelar e o CREAS como protagonistas no enfrentamento do tema objeto deste trabalho.

Ao lado dos dois órgãos mencionados (Conselho Tutelar e CREAS) a Escola foi citado por três dos vinte artigos (15%), como essencial no papel de identificação do abuso sexual contra menores.

Ao analisar como os artigos levantam as formas de atuação dos profissionais frente às vítimas de abuso sexual, verificou-se que todos são uníssonos no que diz respeito a necessidade de atuação interdisciplinar ou em rede dos dispositivos e profissionais que atuam no enfrentamento. Apesar de tal constatação, os artigos denotaram que atuação nesse sentido é precária. Isto é, apontaram para necessidade de compartilhamento de informações, atuação



conjunta, dentre outras, a fim de que haja maior qualidade de informações, bem como maior efetividade e celeridade dos encaminhamentos.

Ainda sobre a atuação dos profissionais, 90% dos artigos examinados asseveram a necessidade de capacitação dos agentes envolvidos no enfrentamento do abuso sexual, a fim de que estes compreendam a complexidade desse fenômeno, de forma a torná-los aptos a fazer intervenções e encaminhamento pontuais.

4. Discussões

Dos artigos estudados, em 55% deles houve citação expressa sobre estes diplomas jurídicos, a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei 8069/90 (ECA) são essenciais na proteção aos direitos das crianças e adolescentes e, por consequência, no combate a forma de violência aqui tratada. De fato, a Carta Magna, ao considerar as crianças e adolescentes titulares de interesse jurídicos especiais e proteção integral quanto à vida, saúde e convivência familiar, entre outros, por serem seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, figura como alicerce da rede proteção dos direitos dos menores (Cabrera et, al, 2006).

Do mesmo modo, a Lei 8069/90 (ECA) é protagonista neste tema, dado que, com base no texto magno, adotou a doutrina da proteção integral, de forma a reconhecer direitos especiais e específicos a toda criança e adolescente, bem como estabeleceu instrumento específicos para sua implementação (Santos, 2009). A par da indicação da existência dos supraditos diplomas normativos, a maioria dos artigos, direta ou indiretamente, expressa, em seu conteúdo, que as normas voltadas à proteção da população infanto-juvenil não são devidamente aplicadas, ou seja, há muita letra morta. Apesar das crianças e adolescentes serem amparadas por lei,



programas e dispositivos sociais, há, ainda, no contexto brasileiro, um alto índice de abuso sexual infanto-juvenil, principalmente no seio familiar.

Veronese (2012) corrobora essa ideia ao afirmar que “ao analisar o tema do abuso sexual no ambiente familiar, percebe-se o grande desrespeito às normas dos tratados internacionais, da Constituição e do ECA”. Ao seu turno, Rodrigues e Carvalho (1998), apontam que, apesar do ECA ser uma legislação avançada e de ter introduzido formas relevantes de tratamento mais digno, não trouxe solução decisiva havendo uma insuficiência no que diz respeito a correspondência entre ações e conteúdo normativo. Esse fato aponta para necessidade de conferir a efetividade às normas destinadas ao resguardo da infância e juventude. Não é suficiente que os direitos estejam previstos nos textos normativos, é necessário respeito e cumprimento deles na realidade social. Isso se tornará possível onde os Estados se comprometam a garanti-los e aplicá-los nas relações interpessoais (Sarmiento, 2008).

Quando considerado os dispositivos sociais, 70% dos artigos citaram o Conselho Tutelar e o CREAS como protagonistas no enfrentamento do tema objeto deste trabalho. Esse resultado se coaduna com a realidade, especialmente, no que diz respeito ao Órgão Tutelar, que é o órgão competente para garantir a efetiva proteção aos direitos de crianças e adolescentes em caso de violação de seus direitos previstos na Lei Maior e no ECA (Viegas & Rabelo, 2011). É nesse órgão que se inicia na maioria dos casos, a revelação ou descoberta do abuso e é a partir dele que se solicita ao Poder Público tudo o que for necessário para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes (Teixeira, 2010).

O resultado acima apontado também é verossímil quando indica o CREAS como fundamental às ações de enfrentamento. Dado que o CREAS é responsável pela oferta de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com seus direitos



violados, devendo ofertar o atendimento psicológico e social à criança e ao adolescente vítima de violência (Brasil, 2005). Assim, na prática, os artigos revisados apontam que é este órgão que atuará mais incisivamente com as vítimas de abuso e terá papel primordial de assisti-las, minimizando os efeitos do ato abusivo.

A escola ser um locus privilegiado para a realização de ações de prevenção, intervenção e enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil (Brino & Williams, 2003). Certamente, tendo em vista que a frequência à escola é obrigatória, ao menos em tese, para os menores, é razoável que estes, caso sejam vítimas de abuso, manifestem na escola algo que demonstre tal fato.

Por fim, cabe ressaltar, no que diz respeito aos dispositivos sociais e seus respectivos papéis que, apesar de não haver hierarquia entre os órgãos que compõe a rede de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil, os artigos apontam para uma atuação mais abrangente do Conselho Tutelar e do CREAS em virtude da finalidade específica destes, que é direcionada para proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Assim para a estruturação das condições de acompanhamento dos casos de abuso sexual infanto-juvenil nesses órgãos, é necessário definir a atribuição a ser desempenhada pelos profissionais de cada órgão ou instituição que atua direta ou indiretamente com as partes envolvidas neste tipo de violência, pois se trata de uma prática que requer intervenções especializadas com a confluência de diferentes profissionais (Vecina & Ferrari, 2002).

Nesse contexto, pode-se afirmar que falar sobre proteção integral e medidas protetivas que visam garanti-la implica falar sobre uma rede institucional. Isto é, uma alternativa de organização que possibilite garantir flexibilidade, conectividade e efetividade das ações desenvolvidas por cada instância, respeitando-se sua identidade, competência e metodologia de



trabalho. A proposta de rede se contrapõe ao modelo tradicional de coordenação de ações organizada em níveis hierárquicos. No trabalho de rede os integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais sem que nenhum deles seja considerado principal ou central, nem representante dos demais (Capra, 2004).

Nesse sentido, Ferreria (2012) vem afirmar que os profissionais destes dispositivos precisam estar capacitados para identificar a necessidade de encaminhamentos a outros dispositivos, de forma a reconhecer a necessidade de aumentar e qualificar a rede de proteção de atendimento tanto em relação às vítimas quanto aos agressores, adotando, assim, políticas inter e intrasetoriais.

Com efeito, o despreparo da rede é um entrave a ser equacionado, envolvendo desde os profissionais da área de saúde, educadores, assistentes sociais, juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, em manejar e tratar adequadamente os casos surgidos. O trabalho nesse campo é fragmentado e desorganizado (Amazarray & Koller, 1998).

A capacitação neste âmbito é imprescindível, haja vista que os profissionais e as instituições que constituem a rede de apoio social para crianças e famílias vítimas de abuso sexual encontram-se diante do desafio de planejar intervenções efetivas que protejam e minimizem os efeitos da violência sofrida (Ferreira & Schramm, 2000).

5. Conclusão

Ao longo do processo deste trabalho pôde-se identificar que a prática sexual entre adultos e criança/adolescentes vem desde a antiguidade, passando ao longo dos anos a ser visto como um grave problema de saúde pública devido a frequência e intensidade das ocorrências, bem como o intenso prejuízo funcional as vítimas. Configurando, assim, um processo endêmico



e global que tem características e especificidades inerentes às diferentes culturas e aspectos sociais.

Quanto às políticas de enfrentamento, apesar dos avanços legais adquiridos ao longo das décadas, ainda hoje crianças e adolescentes sofrem essa forma grave de violência, sendo o ambiente familiar um dos principais ambientes onde esta prática ocorre. Mesmo com a consolidação do ECA e os dispositivos sociais como o CREAS, os direitos garantidos as crianças e adolescentes ainda não foram efetivos em sua integralidade. Por se tratar de uma prática que envolve silêncio, medo, do qual fazem parte os familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais. Fica evidente através dos artigos publicados que apesar das vítimas serem amparadas por uma lei esta prática ainda está longe de ser erradicada.

É relevante destacar a importância do trabalho interdisciplinar nos dispositivos, pois as vítimas passam por um processo de desorganização, seja ele físico, emocional, psicossocial e mesmo a dinâmica familiar muda. Nesse contexto, o profissional deve estar habilitado para realizar seu trabalho considerando todos os aspectos: culturais, sociais, econômicos, vulnerabilidade, contexto da agressão, dinâmica familiar. Porém segundo a análise dos artigos essa prática é muito limitada, os profissionais dos dispositivos na maioria das vezes não são capacitados para essa demanda específica muitas práticas ainda estão pautada no manejo privativo clínico. É de extrema importância que esses profissionais (psicólogo, enfermeiro, assistente social, advogado, pedagogo) saibam identificar este tipo de violência sexual e após a avaliação construir estratégias conjuntas de intervenção nos serviços onde atuam.

Além das práticas profissionais serem arraigadas, na maioria das vezes os dispositivos sociais não tem estrutura organizacional, pois falta uma estrutura física, econômica e pouca



ação do poder público para com a prevenção e combate da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Considerando o que foi apresentado, verificou-se a importância desta pesquisa de revisão sistemática, uma vez que por meio dela, foi possível rever na literatura o panorama histórico e atual do abuso sexual infanto-juvenil juntamente com as redes de enfrentamento, analisar a relevância dos artigos, refletindo sobre sua contribuição para o desenvolvimento científico e social.

Pode-se verificar através da revisão destes artigos que trabalhar com a demanda de abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma atividade bastante delicada, que envolve o modo de trabalhar dos profissionais, o apoio legal, a existência de órgãos e serviços de apoio para manejar esse tipo de prática.

6. Referências

Junqueira, M. F. P. S. (1998). Violência e abuso sexual infantil: uma proposta clínica. *Cadernos de Psicanálise*, 18 (21), 209-226.

Vigarello, G. (1998). *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia Teoria e Prática*, 10(3), 341-348.

Conselho Estadual dos Direitos da criança e do adolescente. (CONDECA), São Paulo. (2011).

Habigzang, L. F., Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.



Brasil. Vigilância de violências e acidentes. (Viva). (2012). *Abuso Sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças*. Brasília.

Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus.

Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência Sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Custódio, A. V. (2009). *Direito da Criança e do adolescente*. Criciúma: UNISC.

Paixão, A. C. D., & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas no enfrentamento da violência sexual Infanto- Juvenil. *Revista de psicologia*, 20 (2), 33-46.

Koller, S. H, De Paula, C. M. C., & Hohendorf, J. V. (2014). *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre.

Cabrera, C. C., Júnior, W., Costa, L. G., Júnior, F., & Mendes, R. (2006). *Direitos da criança do adolescente e do idoso: doutrina e legislação*. Belo Horizonte: Del Rey.

Santos, B. R. (2009). Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In: Assis, SG et al, Organizadores. *Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e da Adolescência*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Veronese, J. R. P. (2012). Violência e exploração sexual infanto-juvenil: uma análise conceitual. *Psicologia Clínica* [periódico na Internet]. Out-Jan [acessado 2016 Set 24]; 1(2):[cercade7p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=

Rodrigues, A. A, & Carvalho, D. B. B. (1998). *A violência doméstica contra crianças e adolescentes: análise do fenômeno no Distrito Federal*. Brasília.

Sarmiento, M. J. (2008). Sociologia da infância: correntes e confluências. In: Govea, M.CS. organizadores, *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Rio de Janeiro.



Brasil. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*. 3ªed. Brasília: SEDH. (2002). [Material na Internet]. 2002. Acessado 2016 set 29]. Disponível em: <http://www.movimentodeemaus.org/data/material/plano-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes.pdf>.

Viegas, C. M., & Rabelo, C. L. (2011). Principais considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Âmbito Jurídico*. [periódico na internet] 2011 Jan-maio [acessado 2016 out 13]. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10593&n_link=revista_artigos_leitura

Teixeira, S. A. M. (2010). Violência e atividade sexual desprotegida em adolescentes menores de 15 anos. *Rev Assoc Med Brasil*, 56 (4), p. 440-456.

Brasil. *Ministério da Saúde*. Norma Técnica -prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. 2ªed. Brasília: Ministério da Saúde. [material na internet]. 2005 maio-jun [acessado 2016 out 16]. Disponível em: <http://koha.gire.org.mx/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=8938>.

Brino, R. F & Willians, L.C.A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Vecina, T. C. C., & Ferrari, D. C. A. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar..* São Paulo: Ágora.

Capra, F. (2004). *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.

Ferreira, F. D. N. (2012). O abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes e o Enfrentamento dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), demandas, contradições e desafios. *Trabalho de Conclusão de Curso*, Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Amazarry, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Revista psicologia, reflexão e crítica*, 11(3): 559-578.

Ferreira A L, & Schramm, F.R. (2000). Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 34 (1): 658-665.